

Projeto Engorda I

Unidade de construção 19
Expansão fase 3

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS
CLÁUSULAS ESPECIAIS

Índice

Disposições Gerais.....	4
Cláusulas Gerais.....	4
Cláusula 1. ^a Objeto do Contrato	4
Cláusula 2. ^a Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a Preço base do procedimento	5
Cláusula 4. ^a Prazo de execução.....	5
Cláusula 5. ^a	5
Prazo de entrega	5
Cláusula 6. ^a Obrigações principais do adjudicatário	6
Cláusula 7. ^a Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato	7
Cláusula 8. ^a Obrigações da Entidade Adjudicante	7
Cláusula 9. ^a Dever de sigilo	8
Cláusula 10. ^a Preço contratual	8
Cláusula 11. ^a Condições de pagamento.....	9
Cláusula 12. ^a Adiantamento do preço	9
Cláusula 13. ^a Penalidades contratuais	9
Cláusula 14. ^a Força maior.....	10
Cláusula 15. ^a Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 16. ^a Resolução por parte do adjudicatário.....	11
Cláusula 17. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual.....	11
Cláusula 18. ^a Execução da caução	11
Cláusula 19. ^a Gestor do contrato	12
Cláusula 20. ^a Comunicações e notificações	12
Cláusula 21. ^a Contagem dos prazos	12
Cláusula 22. ^a Foro competente.....	12
Cláusula 23. ^a Legislação aplicável	13
Cláusula 24. ^a Prevalência	13
Cláusula 25. ^a Proteção de Dados	13
Cláusulas Técnicas Especiais	15
CLÁUSULA 1. ^a Caracterização da Situação Existente	15
CLÁUSULA 2. ^a Caracterização da Expansão Fase III.....	16

CLÁUSULA 3.ª	16
Programa	16
CLÁUSULA 4.ª	17
Organização e Conteúdo	17
CLÁUSULA 5.ª Faseamento da Construção.....	21
CLÁUSULA 6.ª Conceção do projeto	22
CLÁUSULA 7.ª Informações Complementares.....	23
CLÁUSULA 8.ª Constituição da equipa projetista	26
CLÁUSULA 9.ª Faseamento e Prazos do Projeto.....	28

Disposições Gerais

Cláusulas Gerais

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar para a aquisição de serviços para a elaboração do projeto de licenciamento e execução do edifício UC19 - Engorda I e do Loteamento Envolvente, sendo um procedimento por Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por o valor do contrato ser superior a 221.000,00€, ex vi artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP, com a designação “*EN/02/2025 – Projeto de Licenciamento e Execução do Edifício UC19 – Engorda I e do Loteamento envolvente*”
2. A prestação de Serviços encontra-se inserida na candidatura nº MAR-021.1.1-FEAMPA-10026.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os supimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço base do procedimento

No âmbito do procedimento em apreço, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços objeto do mesmo é de **400.000,00 € (quatrocentos mil euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo **prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias**.

Cláusula 5.ª

Prazo de entrega

A execução da presente prestação de serviços obriga à verificação e cumprimento dos seguintes prazos de entrega:

Fase 1 – Levantamentos e Estudo Prévio – 45 (quarenta e cinco) dias contados após assinatura do contrato.

Fase 1.1 – Validação do estudo Prévio – Após apresentação do estudo prévio à Flatlantic, a adjudicatária dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar as correções e proceder à entrega final.

Fase 2 – Anteprojeto/Projeto de Licenciamento – 45 (quarenta e cinco) dias contados após a data de aprovação da fase anterior;

Fase 3 – Projeto de execução – 30 (trinta) dias contados após a data de aprovação da fase anterior;

Fase 3.1 – Validação do projeto de execução - Após apresentação do projeto de execução à Flatlantic, a adjudicatária dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar as correções e proceder à entrega final.

Fase 4 – Assistência técnica:

Fase 4.1 – Assistência técnica em fase de contrato: a prestar ao longo do processo de concurso, com especial atenção ao 2/3 do prazo do concurso da respetiva empreitada.

Fase 4.2 – Assistência técnica em fase de execução: Durante a execução das respetivas empreitadas:

Fase 4.3 - Assistência técnica em fase de AS-BUILT: Até dois meses depois da conclusão das empreitadas.

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Prestador de Serviços obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
 - e) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
 - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
 - i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
 - j) Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - I. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação da Entidade Adjudicante;

- II. Quando a Entidade Adjudicante deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
3. O Prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 7.^a

Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º nº 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo ou em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período do tempo não seja inferior ao prazo do contrato da aquisição de serviços,
2. O disposto no n.º 1 (no primeiro n.º 1) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão

Cláusula 8.^a

Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações da Flatlantic:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Prestador de Serviços, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
 - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso o que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor, até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Flatlantic deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço definido no convite do procedimento.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver no âmbito do projeto, incluindo os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, serão pagas nos seguintes termos:
 - a) **35% (trinta e cinco por cento) do preço contratual** após conclusão da Fase 1.1 e validação por parte da Flatlantic;
 - b) **20% (vinte por cento) do preço contratual** após conclusão e submissão da Fase 2;
 - c) **35% (trinta e cinco por cento) do preço contratual**, após conclusão da Fase 3.1 e validação por parte da Flatlantic;
 - d) **10% (dez por cento) do preço contratual** distribuído após a conclusão de cada fase da obra, conforme descrito nas Cláusulas Técnicas.
2. O montante devido pela Entidade Adjudicante, nos termos do número anterior, deve ser pago no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela mesma da respetiva fatura, sendo que a Adjudicatária só pode emitir a fatura após o vencimento da obrigação.
3. Em caso de discordância por parte da Flatlantic quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestado de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

Cláusula 12.^a

Adiantamento do preço

Não são admitidos pagamentos de adiantamentos.

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma **pena pecuniária**, no valor **100,00 € (cem euros)**, por cada dia de atraso verificado por cada dia de atraso verificado no cumprimento dos serviços inerentes a cada uma das fases impostas pela entidade adjudicante e estabelecidas nas especificações técnicas do CE.
2. Se o valor da sanção elencada nos números anterior não exceder 20% do preço contratual, pode a Entidade Adjudicante resolver o contrato, nos termos da conjugação dos artigos 329.º, n.º 2, e 333.º, n.º 1, alínea e), do CCP.

3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Entidade Adjudicante poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
6. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Entidade Adjudicante possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

Cláusula 14.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do adjudicatário

O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do disposto nos artigos 332.º e 449.º, por remissão expressa do artigo 451º, todos do CCP.

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Execução da caução

Não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Gestor do contrato

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, será Douglas Maroeli, CFO da FLATLANTIC - Actividades Piscícolas, S.A

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o email, domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

Os prazos de execução contratual são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, em conformidade com o que dispõe o artigo 470.º do CCP.

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) e demais legislação em vigor.

Cláusula 24.ª

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1 (um) da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

Cláusula 25.ª

Proteção de Dados

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do

acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

Cláusulas Técnicas Especiais

CLÁUSULA 1.ª

Caracterização da Situação Existente

A FLATLANTIC – ACTIVIDADES PISCÍCOLAS, S.A., é uma aquacultura em terra destinada à produção de Espécies Pregado e Linguado, com cerca de 40ha e localização na Praia de Mira, Distrito de Coimbra.

A Flatlantic é a maior produtora aquícola nacional, com uma capacidade de produção atual de c.3.200 t/ano de Pregado em sistema de circuito aberto e de c.500 t/ano de Linguado Senegalês em Sistema de circuito fechado (RAS – *recirculatory aquaculture systems*).



Figura 1 – Flatlantic atualmente (Fonte: Google Maps).

Atualmente as instalações da Flatlantic são constituídas por zonas produtivas (tanques de cultivo e diferentes sistemas), zonas administrativas e sociais, e zonas técnicas.

CLÁUSULA 2.ª

Caracterização da Expansão Fase III

A FLATLANTIC pretende expandir as atuais instalações, considerando as necessidades de aumento da capacidade produtiva expectáveis no futuro. Esta ampliação, prevista executar num horizonte entre 10 a 20 anos, gera uma área de expansão total de 27,3 hectares, compostas maioritariamente por áreas de produção (novos edifícios de aquacultura), e outras áreas ocupadas com infraestruturas de apoio, arruamentos, espaços verdes e fotovoltaicos.

Este projeto de expansão é um Projeto de Interesse Nacional (PIN). Este projeto foi sujeito a licenciamento ambiental e por isso, para a sua execução, todos os intervenientes nas diferentes fases de execução encontram-se condicionados às disposições presentes no **Título Único Ambiental (TUA) nº20211028000408 e respetivos anexos de relevo.**

CLÁUSULA 3.ª

Programa

O Objeto do presente procedimento é o primeiro edifício de engorda de linguado, **Edifício de Engorda I**, e corresponde à unidade de construção (UC) 19, com uma área de implantação total de **29 963 m2**. Também faz parte integrante deste processo o **projeto do loteamento da zona envolvente** de forma a salvaguardar a distribuição das infraestruturas.

O edifício será constituído, maioritariamente, por 2 pisos principais e será caracterizado por 3 zonas distintas:

- **Zona de Produção** - Área dedicada às atividades produtivas necessárias ao desenvolvimento do Linguado. É nesta zona onde estão localizados os tanques de peixe;
- **Zona dos Sistemas de Suporte de Vida (SSV's)** - Áreas dedicadas a albergar as SSV's. Estes sistemas são responsáveis pelo tratamento e recirculação da água de cultivo, garantindo que esta contenha as condições ideais para proporcionar o melhor bem-estar e crescimento do Linguado;
- **Zonas Núcleo** - O núcleo corresponde a um bloco central a partir do qual se dá a gestão de todos os processos, humanos e mecanizados, necessários a este processo. Estas zonas são constituídas por zonas técnicas e zonas sociais.

Com este procedimento pretende-se adquirir os projetos de arquitetura e especialidades de engenharia,

em metodologia BIM de acordo com o EIR (*Employers Information Requirements*) da Flatlantic, respetiva coordenação de projeto e gestão documental, integração e compatibilização com os diferentes fornecedores diretos de forma a permitir, além do licenciamento camarário da construção, a contratação e execução das empreitadas necessárias à construção em função do faseamento construtivo. Ao longo do desenvolvimento do projeto as soluções em estudo deverão ter em consideração o projeto global de expansão. O Desenho anexo procura sensibilizar para

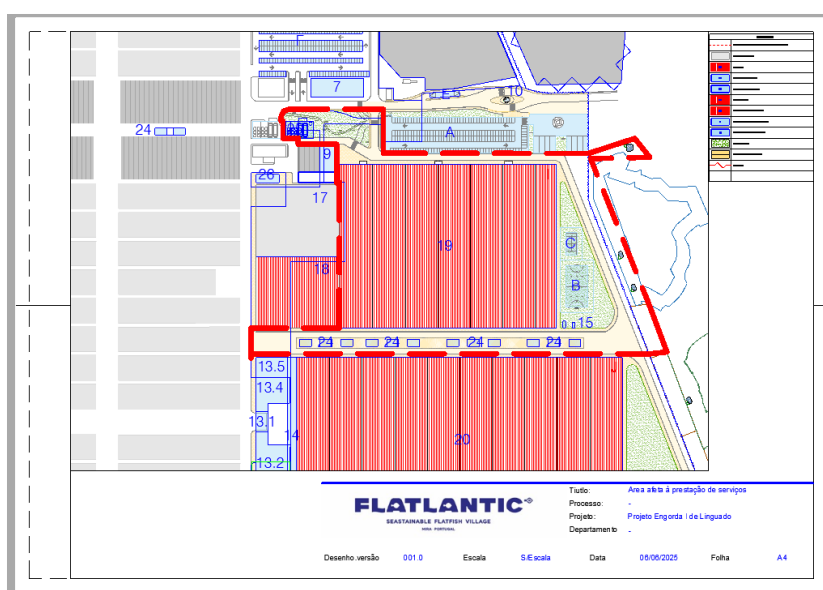


Figura 2: Área afeta à prestação de serviços - interior da linha vermelha.

CLÁUSULA 4.^a

Organização e Conteúdo

O projeto deverá integrar as seguintes especialidades indicadas em baixo, bem como os elementos previstos na portaria nº 255/2023 de 7 de agosto:

- Coordenação:
 - Coordenação geral do Projeto;
 - Coordenação BIM;
 - Gestão do processo BIM:
 - Adaptação/Implementação/Manutenção do BEP;
 - Planta de Estaleiro;

- Projeto de Arquitetura;
 - Arquitetura geral;
 - Arquitetura Paisagista;
 - Arruamentos, pavimentos e sinalização;
 - Plano de acessibilidades;
 - Arranjos Exteriores;
 - Linhas de Vida;
- Projeto de Estabilidade:
 - Movimento de terras e demolições;
 - Fundações e Superestrutura;
 - Estruturas Secundárias;
 - Maciços;
 - Pórticos ou canais para passagem de infraestruturas;
- Projeto Hidráulica:
 - Abastecimento de água Doce – Rede Pública;
 - Abastecimento de água Doce – Dessalinizada;
 - Abastecimento de água Salgada Nova;
 - Abastecimento de água Salgada de Cultivo – Rede de IDA SSV;
 - Drenagem de águas residuais domésticas;
 - Drenagem de água salgada de cultivo – Rede de Retorno SSV;
 - Drenagem de água salgada de cultivo – Rede de Mar;
 - Drenagem de águas pluviais – Águas limpas;
 - Drenagem de águas pluviais – Águas Contaminadas;
- Projeto Mecânicas:
 - Climatização do ar;
 - Climatização da água de cultivo;
 - Águas Quentes Sanitárias (AQS);
 - Ventilação;
 - Térmica;
 - Sistema de deteção de Gases;
 - Gestão Técnica Centralizada;
- Projeto Eletromecânico – Monta-cargas;
- Projeto Elétrico:
 - Iluminação normal – interior;
 - Iluminação normal – exterior;
 - Iluminação de Emergência

- Iluminação de cultivo;
 - Alimentação de equipamentos;
 - Alimentações gerais;
 - Distribuição de energia em baixa tensão;
 - Distribuição de energia em média tensão;
 - Energia socorrida;
 - Rede de terras;
 - UPAC – Unidade de produção para autoconsumo - Fotovoltaica;
- Projeto de Utilidades:
 - Ar comprimido;
 - Ar baixa pressão;
 - Ozono;
 - Oxigénio;
 - Abastecimento de combustível (Gasóleo);
- Projeto de Redes Estruturadas:
 - Rede de ITED;
 - Rede de CCTV;
 - Controlo de acessos;
 - Controlo de baixas;
- Projeto Acústico:
 - Geral do edifício;
 - Espaços interiores;
- Projeto de Segurança contra Incêndio:
 - Desenfumagem;
 - RIA;
 - Caminhos de evacuação;
 - SADI;
- Projeto de Ambiente:
 - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - Plano de gestão ambiental e sustentabilidade;
- Projeto Segurança e Saúde:
 - Plano de segurança e saúde em fase de projeto;
 - Coordenação de segurança e saúde em fase de projeto;
- Projeto dos fornecedores diretos;
- Certificação energética (Se necessário);
- Assistência Técnica:

- Acompanhamento para licenciamento Camarário, Licenciamento DGEG, Licenciamento ANEPC;
- Acompanhamento em fase de concurso;
- Acompanhamento em fase de obra;
- Acompanhamento do modelo *as-Built*;

Fazem parte do presente procedimento todas as especialidades que não estejam acima indicadas, mas que se vejam essenciais à completa execução do projeto.

A estrutura do projeto da FLATLANTIC conta ainda com um conjunto de especialidades denominadas de “Fornecimentos Diretos” que fornecem alguns dos inputs necessários à completa execução do projeto, sob a forma de layouts, documentos técnicos ou conceitos específicos. Durante o desenvolvimento do projeto terão de ser considerados os requisitos técnicos e todas as compatibilizações necessárias dos seguintes fornecimentos diretos:

- Equipamentos e Mobiliário;
- Transporte e Classificação;
- Alimentação Automática;
- Sistema de Suporte de Vida (SSV);
- Tanques de Cultivo;
- Iluminação de Cultivo;
- Biossegurança; e
- Manutenção.

Os layouts ou requisitos dos diferentes fornecimentos diretos, que serão fornecidos à entidade projetista, não podem ser considerados como definitivos, estando os mesmos sujeitos a um processo iterativo de desenvolvimento. Este processo decorrerá em função das necessidades identificadas ao longo do projeto, incluindo exigências legislativas, técnicas e operacionais, que podem levar a algumas iterações/alterações até que todo o processo se encontre estabilizado tanto na parte de projeto como na parte dos fornecimentos diretos.

O level of development (LOD) a alcançar em projeto de execução na sua globalidade deverá ser de 300 nas zonas técnicas e ou desenhos de pormenor/detalhe LOD 350. Para apresentação de estudo prévio devem considerar LOD 200.

CLÁUSULA 5.ª

Faseamento da Construção

Como referido anteriormente, a empreitada deste procedimento encontra-se inserida num projeto de expansão faseado ao longo de um máximo de 20 anos. Para tal foi necessário considerar a execução de algumas Unidades de Construção também de forma faseada. Para a concretização desse faseamento a FLATLANTIC optou por considerar a construção das engordas por intermédio de módulos.

A intenção da FLATLANTIC é que o edifício seja construído de forma modular e por isso as soluções concebidas devem respeitar esse critério, tanto nas soluções pertencentes a cada módulo como nas soluções relativas à totalidade do edifício e respetivas infraestruturas.

O projeto deverá identificar, para cada módulo (ou fase de execução) e para cada especialidade em que seja aplicável, o que é existente, o que será construído e o que está por construir, identificando de forma clara quais os trabalhos considerados definitivos, provisórios ou inacabados. Terá de ser explicito em cada momento da fase de execução dos módulos que algumas alterações ao projeto terão de ser concebidas pensando sempre na globalidade.

A FLATLANTIC prevê que a UC19 - Engorda I seja construída em cerca de 4 módulos, no entanto este número poderá ser maior ou menor em função do desenvolvimento do projeto. É intenção da FLATLANTIC que o **primeiro módulo** a construir esteja na ordem dos **15 a 16 milhões de euros**. Este valor deverá maximizar a área de produção, contendo todos os trabalhos definitivos ou provisórios, do edifício e/ou das infraestruturas envolventes, de forma que haja possibilidade de iniciar produção de peixe logo após a conclusão do edifício.

A conceção das soluções terá de ter em conta que a construção do módulo seguinte não poderá comprometer o funcionamento contínuo (funcionamento 24h/dia, 7 dias por semana) do módulo anterior.

A Imagem em baixo procura demonstrar esse conceito.

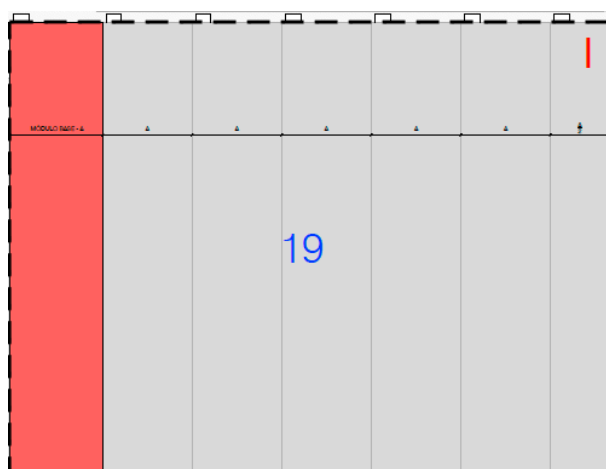


Figura 3: Engorda I e Módulo tipo.

CLÁUSULA 6.ª

Conceção do projeto

Em fase de **Estudo Prévio** espera-se a análise dos elementos disponibilizados pela FLATLANTIC, pelo menos 1 visita ao local onde sejam identificadas e registadas sob a forma de relatório de visita completado por um registo fotográfico e outros elementos que identifiquem, cotas, negativos, tubagens, caixas, e outros pontos de ligação ou fronteiras entre a situação existente e a situação a construir.

Além do *Site Clearance* espera-se nesta fase um estudo e comparação de algumas variações do layout produtivo bem como a comparação de algumas soluções construtivas de maior impacto no projeto (Solução Estrutural, revestimentos, impermeabilizações, entre outras).

No final desta fase a FLATLANTIC deverá receber um estudo prévio de fácil leitura e compreensão onde sejam apresentadas:

- Estudo referente à melhor dimensão do módulo em função das condicionantes que sejam identificadas ao longo do desenvolvimento do estudo;
- Proposta de faseamento construtivo do edifício e do respetivo loteamento/infraestruturas da envolvente;
- Proposta de definição e localização dos pontos de entrega (fronteiras):
 - entre o edifício e o loteamento envolvente;
 - entre o loteamento envolvente e todo o edificado da FLATLANTIC tendo por base os pressupostos do projeto de expansão fase 3;
 - entre as diferentes especialidades de engenharia e os fornecimentos diretos;

- Proposta das diferentes opções e/ou pormenores e outras especificações técnicas que tenham sido consideradas pelo projeto;
- Mapas comparativos das soluções construtivas que maior impacto económico no projeto;
- Estimativas primárias da execução;
- Outros elementos que careçam de validação por parte do Dono de Obra para permitir o avanço para a fase seguinte.

A fase seguinte é a fase de **Anteprojeto/Projeto de Licenciamento**, onde é da responsabilidade do adjudicatário a entrega dos projetos de licenciamento das diversas especialidades para apreciação das diversas entidades e serviços competentes. Estes projetos de licenciamento deverão ser instruídos com os elementos necessários, Termos de responsabilidade do Autor, memórias descritivas e justificativas, memórias de cálculo, estimativas, peças desenhadas de plantas, cortes, alçados e pormenorização, e outros elementos necessários ao respetivo licenciamento em conformidade com o requerido pelos respetivos serviços. O processo de licenciamento deverá ser entregue por módulos ou na sua globalidade em função do que seja requerido pelas respetivas entidades de licenciamento de forma a não comprometer a execução da empreitada.

O **Projeto de Execução** a apresentar deverá ser constituído pelos elementos necessários, e organizado para o lançamento de concurso de empreitada de obras públicas, em função do faseamento acordado. Devem ser produzidas peças por faseamento, onde estejam claramente identificadas as respetivas situações atuais, a construir e futuras. Esses elementos deverão contar as correções mencionadas pelo Dono de Obra e outras entidades. A execução do projeto deverá, em caso de omissão, ter em conta as normas técnicas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC).

CLÁUSULA 7.ª

Informações Complementares

Coordenação Geral do Projeto – A coordenação geral do projeto será responsável pela coordenação e motivação de toda a equipa afeta ao projeto, incluindo às pessoas afetas à Gestão e Coordenação BIM, projetistas e outros subcontratados. Fica obrigada, além das reuniões de desenvolvimento de projeto, a manter reuniões semanais com o Dono de Obra (que podem ser realizadas *online*) e uma reunião mensal presencial nas instalações da FLATLANTIC.

Nas reuniões será feito o ponto de situação do desenvolvimento do projeto nas diferentes especialidades, respetivos balizamentos, estudo e/ou validação de soluções ou outras situações necessárias ao desenvolvimento da respetiva fase de projeto. A ata deverá ser elaborada pela entidade

projetista. Sempre que solicitado pela entidade Dona de Obra, a entidade projetista obriga-se a mostrar evidências do andamento dos trabalhos em função do balizamento. Podem ser agendadas reuniões extra para discussão de alguns assuntos específicos em função da disponibilidade do Dono de Obra.

Além dos trabalhos de coordenação habituais, espera-se a elaboração e entrega de elementos de projeto considerados importantes para a execução e acompanhamento da empreitada tais como:

- Elementos para a compatibilização entre as infraestruturas novas, provisórias e as existentes em função do faseamento da construção acordado (por cada módulo);
- Elementos com a totalidade das infraestruturas do módulo tipo;
- Um corte longitudinal e transversal de cada espaço tipo com a compatibilização de todas as infraestruturas;
- Elementos específicos para os fornecimentos diretos, projetos dos fornecimentos diretos, contendo todas as informações escritas e/ou representações (2D e 3D) necessárias à correta compatibilização entre as especialidades do projeto, os respetivos layouts de equipamentos e as respetivas fronteiras:
 - Equipamentos e Mobiliário;
 - Sistemas de Suporte de Vida;
 - Alimentação Automática;
 - Transporte e Classificação; e
 - Iluminação de cultivo.
- Modelo Federado devidamente compatibilizado para a execução da obra.

Assistência técnica – Para este procedimento a entidade projetista deverá prever na sua proposta acompanhamento técnico em fase de contrato, até à adjudicação, durante a execução total da obra e na fase de fecho de telas finais. Os serviços de Assistência Técnica compreenderão, nomeadamente, a prestação de informações e esclarecimentos, sob forma presencial, escrita ou verbal, de acordo com o que for solicitado pela Entidade Adjudicante, sobre problemas relativos à interpretação do projeto, a ambiguidades, omissões ou contradições do mesmo e validação/rejeição de soluções propostas (materiais ou pormenorização). Será também necessário o acompanhamento da equipa de projeto para a construção do modelo “As-Built”. A Assistência Técnica, objeto da presente consulta, é também definida na alínea b) do art.º 1.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, sendo as atividades pela mesma compreendida as definidas no texto da portaria:

- Fase de Licenciamento – A entidade projetista deverá prestar acompanhamento em fase de licenciamento para construção, através da prestação de esclarecimentos, entrega e/ou alteração de elementos e presença em reuniões com as respetivas entidades;

- Fase de Contrato - A entidade projetista deverá prever acompanhamento na fase de contratação das diferentes entidades executantes, para prestação de esclarecimentos e análise/correção de erros ou omissões, por cada módulo ou fase de construção definida. Devem considerar que acompanhamento para concurso público e por isso devem ter em consideração que os esclarecimentos têm que ser prestados no 2/3 do prazo de concurso (entre 30 e 45 dias);
- Fase de Obra – A entidade projetista deverá prestar esclarecimentos em fase de obra que levem à melhor concretização do projeto. Para efeitos do presente procedimento devem considerar 1 presença quinzenal nas reuniões de obra;
- Fase de AS-BUILT – A entidade projetista deverá considerar acompanhamento na fase pós obra de forma a garantir que o modelo *As-Built* entregue pelos diferentes empreiteiros respeita os modelos do BEP bem como a devida integração nos modelos existentes. A Entidade projetista também deverá proceder à elaboração dos modelos *As-Built* e a sua respetiva integração no modelo global dos fornecedores diretos assinalados em cima.

Fornecimentos diretos – Os fornecimentos diretos identificados no presente procedimento e aos quais a entidade projetista deve compatibilizar e apresentar diferentes elementos são:

- Equipamentos e Mobiliário – Corresponde a todos os equipamentos ou mobiliários que estejam afetos à produção (Máquinas de *vending*, *cadeiras*, *mesas*, televisores, armários, etc). Estes devem, sempre que identificados, estar presentes nas peças;
- Transporte e Classificação – Refere-se às atividades relacionadas com a mobilidade do peixe e outras tarefas associadas à produção. Devem prever como infraestruturas necessárias água, energia, ar comprimido, redes de tubagens de transporte de peixe, estruturas secundárias para suporte de equipamentos de classificação, tubagens, depósitos, entre outros.
- Alimentação Automática - Equipamentos automáticos de distribuição de alimentação para os peixes. Além de algumas estruturas secundárias para instalação dos alimentadores, as infraestruturas geralmente associadas a este sistema são Energia, ITED e ar comprimido. Parte destes equipamentos serão fornecidos e instalados pelas entidades empreiteiras aquando da execução da empreitada;
- Sistema de Suporte de Vida (SSV) - Correspondem aos sistemas de tratamento associados à produção de peixe em RAS (Recirculating Aquaculture Systems). As infraestruturas necessárias são água nova (doce e salgada), redes de oxigénio, energia, incluindo energia socorrida, iluminação, redes de ar comprimido, redes de ar de baixa pressão, rede de ozono, ventilação geral, climatização da água de cultivo e eventualmente dos espaços, redes de ida de água para os tanques e retorno à SSV, redes de descarga de água ao mar, redes ITED e SCI;

- Tanques de Cultivo – Apesar de serem incluídos na empreitada, a pormenorização dos mesmos (dimensões, solução construtiva e pormenorização) deverá ser também validada pela FLATLANTIC;
- Iluminação de Cultivo - Corresponde a iluminação específica e dedicada aos tanques com peixe. Todos os equipamentos a instalar serão fornecimento direto por parte do Dono de Obra, no entanto a instalação dos mesmos e as respetivas infraestruturas de suporte e ou caminhos de cabos serão da responsabilidade da entidade executante da obra;
- Biossegurança – A divisão de áreas de Biossegurança tem de ser tida em consideração no desenvolvimento dos layouts e diferentes especialidades de forma a preparar os espaços e fluxos das equipas em concordância com os níveis de biossegurança respetivos;
- Manutenção - Esta especialidade prende-se essencialmente com a necessidade de salvaguardar que todos os equipamentos conseguem ser alvo de manutenções, programadas ou não, e por isso a entidade projetista deverá prever acessos ou estruturas secundárias que permitam a remoção/colocação dos equipamentos e a execução das manutenções necessárias.

CLÁUSULA 8.ª

Constituição da equipa projetista

O prestador de serviços deverá formar uma equipa de projeto constituída, nos termos da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

Da equipa técnica a selecionar pela entidade projetista devem constar os seguintes elementos:

Coordenador de Projeto – CP

Técnico, denominado **Coordenador de Projeto - CP**, com a seguinte qualificação mínima:

- a) Engenheiro Civil, inscrito em Ordem Profissional, com o nível de qualificação sénior;
- b) Ter um mínimo de 20 anos de experiência profissional em Projetos de Engenharia;
- c) Ter um mínimo de 15 anos de experiência profissional como coordenador de projeto de engenharia;
- d) Experiência em coordenação de Projetos de Engenharia para o setor da aquacultura.

É valorizada a experiência do Técnico em Coordenação de projetos de edifícios para a instalação de RAS (Recirculating Aquaculture System) de pregado e/ou Linguado com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2 nos termos das condições indicadas no critério de seleção do programa de procedimento.

Coordenador BIM – CBIM

Técnico, denominado **Coordenador BIM - CBIM**, com a seguinte qualificação mínima:

- a) Ter um mínimo de 15 anos de experiência profissional em Projetos de Engenharia;
- b) Ser dotado de pelo menos 90 horas de formação em processos colaborativos BIM e respetivo certificado;
- c) Ter experiência em Gestão BIM com base num plano de execução BIM (BEP), em pelo menos 1 projeto cujo valor de obra seja superior a 10 000 000,00 €.

É valorizada a experiência do Técnico em Coordenação BIM em projetos de edifícios para a instalação de RAS (Recirculating Aquaculture System) com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2 nos termos das condições indicadas no critério de seleção do programa de procedimento.

Projetista de Hidráulica – HID

Técnico, denominado **Projetista de Hidráulica - HID**, com a seguinte qualificação mínima:

- a) Engenheiro Civil, inscrito em Ordem Profissional, com o nível de qualificação sénior;
- b) Ter um mínimo de 10 anos de experiência profissional em Projetos de Engenharia;

É valorizada a experiência do Técnico em Projetos de especialidade hidráulica em projetos de edifícios para a instalação de RAS (Recirculating Aquaculture System) com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2 nos termos das condições indicadas no critério de seleção do programa de procedimento.

Projetista de Estruturas – EST

Técnico, denominado **Projetista de Estruturas - EST**, com a seguinte qualificação mínima:

- a) Engenheiro Civil, inscrito em Ordem Profissional, com o nível de qualificação sénior;
- b) Ter um mínimo de 10 anos de experiência profissional em Projetos de Engenharia;

É valorizada a experiência do Técnico em Projetos de especialidade de estruturas em projetos de edifícios para a instalação de RAS (Recirculating Aquaculture System) com uma área bruta de construção acima dos 4000 m2 nos termos das condições indicadas no critério de seleção do programa de procedimento.

CLÁUSULA 9.ª

Faseamento e Prazos do Projeto

A execução da presente prestação de serviços obriga à verificação e cumprimento dos seguintes prazos de entrega:

Fase 1 – Levantamentos e Estudo Prévio – 45 (quarenta e cinco) dias contados após assinatura do contrato.

Fase 1.1 – Validação do estudo Prévio – Após apresentação do estudo prévio à Flatlantic, a adjudicatária dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar as correções e proceder à entrega final.

Fase 2 – Anteprojecto/Projecto de Licenciamento – 45 (quarenta e cinco) dias de contados após a data de aprovação da fase anterior;

Fase 3 – Projecto de execução – 30 (trinta) dias contados após a data de aprovação da fase anterior;

Fase 3.1 – Validação do projecto de execução - Após apresentação do projecto de execução à Flatlantic, a adjudicatária dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar as correções e proceder à entrega final.

Fase 4 – Assistência técnica:

Fase 4.1 – Assistência técnica em fase de contrato: a prestar ao longo do processo de concurso, com especial atenção ao 2/3 do prazo do concurso da respetiva empreitada.

Fase 4.2 – Assistência técnica em fase de execução: Durante a execução das respetivas empreitadas:

Fase 4.3 - Assistência técnica em fase de AS-BUILT: Até dois meses depois da conclusão das empreitadas.

Para efeitos de orçamentação da assistência técnica, a entidade projetista deverá considerar a execução da Engorda I e respetivo loteamento em 4 módulos/fases, prevendo um total de 16 meses para a execução de cada módulo/fase.

O prazo máximo para a elaboração do projeto será de **150 (cento e cinquenta)** dias em que os prazos parcelares acima indicados são suspensos no decurso da apreciação das fases de projeto submetidas à apreciação da Flatlantic.